

Capítulo 1

Um Império e suas chagas

- ☞ *Encontramo-nos no caos. O caos autêntico deve ser isto.* [disse a mulher do médico];
 - ☞ *Haverá um governo.* [disse o primeiro cego];
 - ☞ *Não creio, mas no caso de o haver, será um governo de cegos a quererem governar cegos, isto é, o nada a pretender organizar o nada.* [respondeu a mulher do médico];
 - ☞ *Então não há futuro.* [disse o velho da venda preta];
 - ☞ *Não sei se haverá futuro, do que agora se trata é de saber como poderemos viver neste presente* [ressaltou a mulher do médico];
 - ☞ *Sem futuro, o presente não serve para nada, é como se não existisse* [retrucou o velho da venda preta];
 - ☞ *[...] o mal é não estarmos organizados; devia haver uma organização em cada prédio, em cada rua, em cada bairro. Um governo. Uma organização, o corpo também é um sistema organizado; está vivo enquanto se mantém organizado, e a morte não é mais do que o efeito de uma desorganização* [disse a mulher do médico].
- José Saramago⁶

1.1 Administrar para bem dirigir

Optei iniciar este trabalho com a transcrição do diálogo acima, pois ele destaca questões centrais que serão desenvolvidas neste capítulo e nos seguintes.

O primeiro elemento a ser observado neste diálogo refere-se à importância, ou melhor, à necessidade de uma sociedade possuir um governo que seja capaz de proporcionar um *sistema organizado* e assim impedir que se estabeleça uma situação inversa, ou seja, uma desorganização que ameace a harmonia e o bem-estar de seus membros e da sociedade em geral.

Neste sentido, gostaria de destacar neste item a intrínseca relação que se estabelece entre a organização de um governo e a construção de uma determinada ordem social. São diversas e variadas as formas e os meios em que se processa

6 José Saramago. Ensaio sobre a Cegueira. Companhia das Letras : São Paulo, 1995.

esta relação, na medida em que varia não apenas no tempo e no espaço, mas também de experiência histórica para experiência histórica. A organização de uma determinada ordem social é algo complexo e que se articula à forma como um determinado grupo dirigente concebe a sociedade e seus mecanismos de organização, abrangendo, portanto, não apenas a dimensão sócio-política, mas também econômica, cultural e administrativa.

Entretanto, respeitando a especificidade de cada experiência histórica, existem procedimentos que auxiliam na análise em torno de que maneira uma sociedade, em uma dada temporalidade histórica, costura a relação entre governantes e governados e dirigentes e dirigidos na constituição de uma determinada ordem social. Um destes meios e que será adotado neste primeiro capítulo e, sempre que necessário, recuperado nos capítulos seguintes, é identificar as formas de pensar predominantes entre aqueles grupos que se encontram na direção deste processo.

Tal procedimento possibilita observar determinadas características-chaves que auxiliam identificar as percepções e os princípios que norteiam a ação dos agentes históricos em análise. Princípios e ações fundamentais para se interpretar as formas de organização social implementadas pelos grupos que exercem uma determinada direção sobre todo o conjunto da sociedade. Ao mesmo tempo, estes princípios não deixam de colocar também em evidência o que representaria para estes grupos dirigentes um estado de desorganização social.

É justamente buscando colocar em evidência algumas características-chaves presentes nas formas de pensar e agir dos dirigentes imperiais em meados do século XIX, sobretudo entre aqueles que compunham o núcleo da direção saquarema⁷, assim como aos que a eles se associavam, que a opção por este diálogo de abertura se justifica. Sendo assim, proponho explorar um pouco de seu conteúdo.

As falas dos personagens envolvidos expressam de maneira relativamente clara e direta a idéia de que a ausência de um governo é o principal elemento responsável pelo quadro de desorganização social em que não só os personagens, mas toda cidade se encontra. Também é possível observar que ao utilizarem a

7 Cf. Ilmar Rohloff de Mattos. O Tempo Saquarema. Rio de Janeiro : Hucitec, 2004.

palavra governo os personagens não estão referindo-se a um determinado “*sistema político pelo qual se rege um Estado*”⁸, mas sim à capacidade de exercer uma administração e direção sobre a sociedade.

É marcante nas falas dos personagens envolvidos a necessidade de que se constitua um governo que estabeleça uma direção, por meio de um conjunto de medidas administrativas, sobre a sociedade e assim consiga estabelecer uma organização *em cada prédio, em cada rua, em cada bairro*, restabelecendo desta forma a organização social existente antes de se instaurar o ‘*caos autêntico*’.

Chego aqui ao ponto central do primeiro elemento que gostaria de destacar neste diálogo. Trata-se de um elemento fundamental quando pretende-se desenvolver uma análise em torno da relação entre governo constituído e ordem social no Brasil a partir de meados do século XIX, mas precisamente a partir do advento da direção saquarema sobre o conjunto da sociedade imperial: a organização de uma administração que possibilite o exercício de uma direção.

Administrar para os saquaremas não se limitava ao sentido hoje mais usual do termo que diz respeito à “*gestão de negócios públicos e privados*”⁹. Para os dirigentes imperiais, administrar significava, sobretudo, adotar um conjunto de princípios, normas e funções que tinham por finalidade organizar a sociedade em diversas esferas (militar, produtiva, territorial, cultural, etc) para consolidar uma determinada ordem social. Para os saquaremas o estabelecimento de qualquer ordem social não se processava naturalmente, mas fundamentalmente por meio de um Estado forte, centralizado e que possuísse um aparato administrativo sob seu controle¹⁰.

Um segundo elemento que gostaria de ressaltar a partir daquele diálogo de abertura refere-se à forma com que os indivíduos concebem as relações entre passado, presente e futuro no seu agir cotidiano. Duas questões tornam-se centrais nesta reflexão. São elas: 1) que circunstâncias históricas podem influenciar na maneira como uma sociedade ou grupo social compreende o tempo histórico?; b) quais seriam os fatores determinantes na opção por uma determinada concepção

⁸ Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa. Rio de Janeiro : Editora Nova Fronteira, 1999, p.860.

⁹ Aurélio Buarque de Holanda Ferreira. Op.cit., p.47.

¹⁰ Ilmar Rohloff de Mattos. O Lavrador e o Construtor. In: O Estado como Vocação: idéias e práticas políticas no Brasil Oitocentista. Maria Emília Prado (org.). Rio de Janeiro: Access, 1999.

de tempo histórico em detrimento de uma outra possível ou já existente? Tentarei a seguir desenvolver mais substancialmente algumas reflexões em torno destas duas questões. Todavia, o que gostaria de assinalar por ora é a importância de se analisar de que forma os indivíduos de uma sociedade, inseridos em uma experiência histórica que lhes é específica, incorporam uma determinada estrutura temporal.

Retornando ao diálogo, não é difícil identificar que as falas dos personagens encontram-se carregadas por um forte sentimento de incerteza e insegurança com relação às expectativas acerca do futuro, em virtude da experiência que estão vivenciando no presente – um estado de desordem. Este sentimento de insegurança em torno do futuro é bem expresso nas considerações feitas pelo personagem identificado como “velho da venda preta” ao ressaltar que *‘sem futuro, o presente não serve para nada, é como se não existisse’*. O direcionamento dado pelo personagem em questão revela uma concepção de tempo estruturada em uma forte associação entre o presente e o futuro, em que o primeiro só adquire sentido quando compreendido em função da realização do segundo. Ou seja, o presente é concebido como uma experiência para se atingir o futuro projetado.

Este tipo de análise torna-se relevante no esforço para se compreender as ações empreendidas por determinados grupos, pois a adoção de uma determinada concepção de tempo é um dos elementos que atuam na organização da sociedade. Neste sentido, identificar de que maneira determinados grupos sociais, principalmente aqueles que controlam o Estado e suas instituições, concebem e partilham o tempo histórico, em seu espaço de experiência particular, é um instrumento valioso para desenvolver uma análise em torno de que elementos estes indivíduos compreendiam e operavam com o conceito de ordem. Portanto, os dois elementos colocados em destaque do diálogo de abertura – organização social e estrutura temporal – estão intimamente entrelaçados.

Estes dois elementos também adquirem relevância no meu objeto central de análise desta dissertação: o texto *Memorial Orgânico*, escrito por Francisco Adolfo de Varnhagen entre os anos de 1849 e 1850. Elaborado paralelamente às suas pesquisas que pouco depois resultariam na obra que o consagraria – a História Geral do Brasil teve sua primeira edição no ano de 1854 – Varnhagen

escreve este texto, em dois pequenos volumes, defendendo a adoção de um conjunto de medidas de caráter marcadamente administrativo, sendo algumas delas reafirmadas na História Geral¹¹, que tinham por finalidade organizar o Império nos moldes de uma nação moderna. Não obstante, para que se efetue uma compreensão mais adequada desta obra é necessário, primeiramente, tecer alguns comentários sobre seu criador.

1.2

Varnhagen: formação e atuação a serviço da Nação

Francisco Adolfo de Varnhagen nasceu no dia 17 de fevereiro de 1816, em São Paulo, na cidade de Sorocaba. É o sexto filho do engenheiro alemão Frederico Luís Guilherme de Varnhagen com Maria Flávia de Sá Magalhães, de nacionalidade portuguesa. Varnhagen nascera no Brasil, pois seu pai fora contratado pelo então regente da Coroa portuguesa, o futuro D. João VI, para iniciar os trabalhos da fábrica de São João de Ipanema, tornando-se um dos pioneiros da fundição de ferro no Brasil.

Com a revolução constitucional do Porto de 1820, e o conseqüente retorno de D. João VI para Portugal, seu pai se licencia de seu trabalho na Real Fábrica de Ferro de São João de Ipanema, em que já era diretor desde 1814¹², e embarca, no Rio de Janeiro, para a Europa em junho de 1822. Em outubro de 1823, o restante da família que havia ficado no Brasil vai ao seu encontro em Portugal após obter o cargo de administrador das matas nacionais.

Varnhagen não havia completado oito anos quando deixou o Brasil com a família para ir ao encontro do pai em Portugal. Fez seus primeiros estudos em Lisboa, matriculando-se, em 1825, aos nove anos de idade, no Colégio Militar da Luz, onde permaneceu por sete anos quando, em 1832, concluiu o curso. A respeito da formação obtida durante esses sete anos no Colégio Militar da Luz, o próprio Varnhagen observa que,

11Helena Miranda Mollo. História Geral do Brasil: entre o espaço e o tempo. In: De um Império ao Outro. Formação do Brasil, séculos XVIII e XIX. Wilma Peres Costa, Cecília Helena de Salles Oliveira (orgs.). São Paulo: Fapesp, 2007.

12Cf. Clado Ribeiro de Lessa. Formação de Varnhagen. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, tomo 186, p. 55-88, jan./março de 1945.

“(…) seguindo o curso regularmente por sete anos, além de obter aprovações todas plenas nos exames de latim, francês, inglês, filosofia, retórica, geografia, história, completei o primeiro ano matemático, e o segundo de estudos militares, especialmente relativos ao serviço de Estado Maior, tática, estratégia, reunindo a isto a escola das diferentes armas, equitação, esgrima e desenho linear, de figura, arquitetura, paisagem, perspectiva e topografia que tive durante os sete anos”.¹³

Segundo Laura Oliveira, o Colégio Militar da Luz, localizado no bairro da Luz, subúrbio de Lisboa, notabilizou-se por ser uma instituição de ensino com uma rigorosa disciplina e pela excelência na formação de seus alunos¹⁴. De acordo com a autora, além de formar quadros para o oficialato do Exército português, também passaram pela instituição inúmeros homens que se destacariam na vida política, intelectual e artística de Portugal.

A origem do Colégio Militar da Luz vincula-se em grande medida à necessidade de melhorar a preparação dos oficiais do Exército português em virtude da ameaça francesa à soberania de Portugal desde a ascensão de Napoleão Bonaparte ao poder, em 1799. No ‘*Alvará e Regulamento para o Real Colégio Militar da Luz*’ definia-se como objetivo principal das disciplinas a serem cursadas pelos alunos,

“[...] habilitar com os Estudos indispensáveis a porção de Meus Vassallos, que se propõem à honra de Servir-me na brilhante carreira das Armas, e o tornar a classe da Oficialidade dos Meus Exércitos mais digna, e apta para prosseguir, e aperfeiçoar-se nos importantes, e superiores ramos da Sciencia Militar”.¹⁵

Ao analisar a grade curricular do Real Colégio, Laura Oliveira ressalta que sua composição englobava tanto disciplinas voltadas para o estudo de línguas e outras artes literárias, quanto para aquelas direcionadas mais especificamente à carreira militar¹⁶. Nas próprias palavras de Varnhagen, ao ressaltar as *aprovações*

¹³Op.cit., pp. 61-62.

¹⁴Cf. Laura Nogueira Oliveira. *As Regras de Composição Retórica na Obra de Francisco Adolfo de Varnhagen*. Tese de doutorado, 2007.

¹⁵*Alvará, e Regulamento para o real Colégio Militar da Luz*, 1816, p.1. Apud. Laura Nogueira Oliveira. Op.cit., p.122.

¹⁶Nos quatro primeiros anos de formação, o aluno cursava gramáticas da língua portuguesa, latina, francesa e inglesa; aritmética, álgebra e lógica. Nos dois anos seguintes, cursava disciplinas de formação militar: noções gerais de mecânica, hidrodinâmica, óptica, desenho de arquitetura, princípios de tática elementar, castrametação, fortificação de campanha, desenho de arquitetura. Cf. Laura Nogueira Oliveira. Op.cit., pp.122-123.

plenas que teve nos exames cursados, pode-se observar que, além dos *estudos militares*, cursou também línguas, filosofia, retórica, história e geografia. O primeiro diretor do Colégio, Antônio Teixeira Rebelo, justifica esta organização da grade curricular da instituição afirmando que,

“Sem o conhecimento das línguas, sem a perfeição da razão, sem a memória dos fatos e países do mundo, o homem não sabe determinar-se, seus juízos nem sempre são verdadeiros”.¹⁷

Portanto, é nesta instituição que defendia que o único meio de proporcionar uma educação capaz de formar homens dotados de uma *perfeita razão* seria pela articulação de conhecimentos literários e científicos, que Varnhagen passa sete dos nove anos de sua formação acadêmica.

Finalidade semelhante tinha a Real Academia Militar implantada no Brasil em 1810, com a chegada da Corte ao Rio de Janeiro. Da mesma forma que o Colégio Militar da Luz, a Real Academia Militar também se insere na reforma da formação militar de oficiais empreendida pela Coroa portuguesa. Adriana Barreto¹⁸ ressalta que a idéia central contida nos estatutos da Real Academia era fornecer importantes doutrinas e conhecimentos para a defesa do território. Tendo, portanto, como preocupação principal a defesa do território a Academia estava voltada, fundamentalmente, para

“[...] formar hábeis oficiais da artilharia e engenharia, e ainda oficiais da classe de engenheiros geógrafos e topógrafos, que possam também ter o útil emprego de dirigir objetos administrativos de minas, caminhos, portos, canais, pontes, fontes e calçadas”¹⁹.

As semelhanças entre a Real Academia Militar e a instituição na qual Varnhagen cursara seus primeiros estudos vão desde a duração do curso completo – sete anos – até as disciplinas oferecidas referentes aos estudos militares. Contudo, existia uma diferença essencial entre as duas instituições. Enquanto

17Antônio Teixeira Rebelo. *Resumo do plano detalhado do Real Collegio Militar*. Apud, Laura Nogueira Oliveira. Op.cit., p.123.

18Adriana Barreto de Souza. *Duque de Caxias: o homem por trás do monumento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

19Op.cit., p.112.

aquela cursada por Varnhagen em Portugal destacou-se pela disciplina e excelência do ensino na formação de seus alunos, a Real Academia caracterizou-se pela precariedade de sua formação acadêmica não sendo, como ressalta Adriana Barreto, “*uma etapa importante, nem mesmo obrigatória na formação dos oficiais militares do século XIX*”²⁰.

Mesmo já tendo condições, após esses sete anos iniciais de sua formação, de servir militarmente ao rei de Portugal, Varnhagen prossegue seus estudos, matriculando-se, ainda em 1832, na Academia de Marinha, no 2º ano matemático, para formar-se engenheiro. Após participar ativamente do embate político entre D. Pedro e seu irmão D. Miguel, defendendo a legitimidade do primeiro ao trono português, é promovido, em outubro de 1833, a oficial de Artilharia e ingressou na Academia de Fortificações onde concluiria o curso de engenheiro militar no ano de 1834, “*grangeando não só aprovações plenas, mas mais de uma vez o primeiro prêmio*”²¹.

Em 1837, aos 21 anos e ainda estudante, é nomeado ao cargo de primeiro-tenente. Além destes cursos regulares, frequentados na Academia de Marinha e na Academia de Fortificações, Varnhagen presenciou também, na escola Politécnica de Lisboa, aulas de Química, Física, Mineralogia, Zoologia e Botânica.

Como destacam Odália²², Lessa²³ e outros, Varnhagen frequentou também cursos relacionados com a atividade de historiador, destacando-se aqueles no campo da Diplomacia, da Paleografia e Economia Política, este último pela Associação Mercantil de Lisboa. Não obstante, a influência de sua formação como engenheiro militar, ao longo dos sete anos que estudou no Colégio Militar da Luz e posteriormente nos dois anos em que esteve na Academia de Marinha e na Academia de Fortificações, será marcante em seus inúmeros e variados estudos, sobretudo no exercício da atividade diplomática e na elaboração da História Geral do Brasil (1854). Segundo José Honório Rodrigues, “*a formação militar do historiador [Varnhagen] em Portugal modelou suas convicções ideológicas*”²⁴. O

20Op.cit., p.110.

21Cf. Clado Ribeiro de Lessa. Op.cit., p.63.

22Cf. Nilo Odália (org.). Francisco Adolfo de Varnhagen. Coleção grandes cientistas sociais. São Paulo: Ática, 1979.

23Op.cit., p. 63.

24José Honório Rodrigues. Varnhagen, mestre da História Geral do Brasil. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, tomo 275, p. 170-196, abr./jun. 1967.

próprio Varnhagen admitiria tal influência. Ao enviar, em 1843, um ofício ao então comandante do Imperial Corpo de Engenheiros pretendendo uma promoção na carreira militar, elabora uma rápida síntese de sua formação em Portugal considerando que aqueles estudos o *“ajudarão a obter mais vantajosa situação na carreira, cujo amor de classe e dos estudos conservo e conservarei sempre”*.²⁵

Em 1840 Varnhagen retorna ao Brasil e torna-se sócio correspondente do recém-criado (1838) Instituto Histórico Geográfico do Brasil (IHGB). Por sua experiência de pesquisa, adquirida nos arquivos da Torre do Tombo, é indicado para o cargo de pesquisador comissionado do instituto, com o objetivo de examinar, coletar e extrair cópia de documentos que fossem relevantes para a elaboração e escrita da história do Brasil. Em suas pesquisas nos arquivos ibéricos destaca-se a documentação que levantou relativa aos tratados de limites da América Portuguesa.

Entre março e novembro de 1846, Varnhagen é enviado à Espanha pelo governo imperial, com a finalidade de recolher documentos relativos aos limites do Império que pudessem auxiliar na resolução de pendências limítrofes entre o Brasil e as nações americanas com que possuía fronteiras. Regressa para Lisboa, onde permanece por pouco tempo, sendo removido novamente, em janeiro de 1847, para a legação do Brasil em Madrid, para dar continuidade à tarefa iniciada em 1846²⁶. Tal função permitiu a Varnhagen percorrer, visitar e estudar de perto inúmeras cidades de países da Europa tais como: França (Paris, Orleans, Tours, Nantes e Bordeus), Inglaterra (Londres), Bélgica (Liège, Lovaina, Bruxelas, Gand, Bruges e Ostende) e Alemanha (Colônia, Bonn, Coblença, Neuwied, Heidelberg, Baden-Baden, Strassburg, Frankfurt, Ehrenbreitstein).

Ao retornar ao Rio de Janeiro no início dos anos 1850, é promovido a ministro residente e representou a chancelaria imperial em diversos países da América do Sul, exercendo intensamente a atividade diplomática.

Em 1871 atingiu o posto de Ministro Plenipotenciário na Áustria, em Viena, cargo que ocuparia até 1878, quando falece naquele país. Foi sepultado no

25Clado Ribeiro de Lessa. Correspondência ativa. Rio de Janeiro, INL/Ministério da Educação e Cultura, 1961, pp. 99-102.

26De acordo com os Relatórios do Ministérios dos Negócios Estrangeiros, de 17 de fevereiro de 1848, Varnhagen desempenhou tal trabalho com bastante zelo e competência. Cf. Claudio Lessa. Vida e obra de Varnhagen. Revista do IHGB, Rio de Janeiro, tomo 223, pp. 88-297, jul/set. 1954.

Chile, onde nasceu sua esposa, por determinação da mesma. Porém, um século mais tarde, seus despojos são transferidos para sua cidade natal, Sorocaba, atendendo as determinações contidas em seu testamento²⁷.

O que particularmente gostaria de destacar nesta rápida trajetória acerca da formação de Varnhagen, é que a relevância de seus inúmeros estudos – publicados em uma vasta produção discursiva compreendida por livros, artigos, opúsculos, memórias, biografias e estudos de história, etnografia e filologia – não se limita à figura do Varnhagen historiador, mas principalmente na figura do Varnhagen como pertencente a um segmento específico da sociedade imperial: dos letrados.

O termo letrado refere-se a um grupo restrito de homens que tiveram uma formação de padrão europeu ocidental, extraindo daí seu prestígio, sua reputação e, sobretudo, a autoridade e legitimidade de seu discurso. Carlos Altamirano²⁸, ao organizar uma coleção que analisa o papel exercido por letrados e intelectuais latino-americanos desde o período colonial até o século XX, identifica que estes são em sua maioria indivíduos portadores de conhecimentos especializados e provenientes de categorias sócio-profissionais diversificadas tais como: juristas, engenheiros, jornalistas, geógrafos, matemáticos, entre outros.

Aqueles que estavam inseridos neste seleto segmento tinham por ocupação principal produzir, transmitir e debater – a partir de seus conhecimentos especializados e por meio de revistas, sociedades e panfletos – mensagens que eram dirigidas tanto aos seus pares quanto também à arena política²⁹. Esses

27Em seu testamento, elaborado em 1868, na cidade de Lisboa, Varnhagen expõe os seguintes desejos no que diz respeito ao seu sepultamento: “[...] eu Francisco Adolpho de Varnhagen, achando-me de boa saúde e em meu perfeito juízo, resolvi fazer o meu testamento pela forma seguinte: Sou Católico apostólico romano, filho legítimo de Frederico Luiz Guilherme de Varnhagen e de D. Maria Flavia de Sá Magalhães, batizado em 19 de março de 1816 na freguesia de S. João de Ipanema. Desejo que o meu corpo fique sepultado no lugar em que suceder o meu falecimento; mas disponho que, antes de decorridos dois anos depois de meu falecimento, no alto do morro de Arasoiaiva, próximo do lugar em que nasci, se levante uma cruz tosca, quer de granito, quer de mármore preto (pedra de cal) das imediações, tão grande quanto seja possível, com uma pequena inscrição na base em que se declare que fiz dela voto ao Senhor, por me haver concedido nascer no Continente de Colombo, e na paragem em que meu Pai levantou um estabelecimento monumental.” Cf. Centro de História e Documentação Diplomática. Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG). Palácio do Itamaraty, Rio de Janeiro, RJ: 2002.

28Carlos Altamirano (org.) História de los intelectuales en América Latina. Buenos Aires : Katz Editores, 2008.

29Carlos Altamirano enfatiza que os intelectuais não são atores políticos, senão em ocasiões especiais: “Por certo, sua atividade [dos intelectuais] supõe – e se acha em relação com – determinadas configurações da vida social, como o Estado, o poder religioso e o sistema

letrados, em sua grande maioria, mesmo não estando ligados diretamente à política, ocupando cargos do governo, participavam ativamente dos debates políticos em situações e temas específicos.

Assim, é importante considerar, ao se analisar a formação dos estados nacionais latino-americanos, o papel ativo que estes homens do saber tiveram neste processo. Seus conhecimentos técnicos, jurídicos e geográficos foram constantemente incorporados nos debates e projetos políticos destes países, desde a conquista da emancipação política e também durante a construção e consolidação de um novo estado soberano. Seus conhecimentos especializados representavam uma importante contribuição para o enfrentamento de desafios como a unificação do Estado e de seu domínio sobre o território e a população dos estados nacionais latino-americanos em formação.

Há de se destacar, portanto, a relação que se estabelece entre este segmento composto por letrados e a estrutura de dominação social que se estruturou em cada região do Novo Mundo, na medida em que o conhecimento daqueles tornou-se um importante fator para legitimar hierarquias e monopólios. Além disso, a figura desses letrados como portadores de uma educação diferenciada, era constantemente vinculada à missão que tinham em oferecer um caminho que possibilitasse que estes países atingissem, por meio da síntese entre a cultura européia e a realidade natural e cultural da América, o progresso e a civilização³⁰.

Jorge Myers ao analisar a formação dos intelectuais latino-americanos desde o período colonial até o início do século XX, aponta para um elemento que foi marcante na trajetória de Varnhagen: o exílio. De acordo com o autor, o exílio, motivado por razões diversas (econômicas, familiares, exercício de funções pelo Estado), ampliava os horizontes intelectuais destes letrados, auxiliando-os, a partir da experiência transnacional, visualizar o seu país como uma unidade política, cultural, social e econômica. O contato com a experiência vivenciada em outros

educativo, as divisões de classe, as fraturas étnicas [...]. Porém eles produzem também cenários próprios, de menor escala, espaços criados por grupos e redes congêneres (sociedade de idéias, movimentos literários, revistas). Se reúnem aí, nessas sociedades, para dissertar, debater, demonstrar, ainda que também para denunciar e rivalizar para controlar o centro da atenção”. Cf. Carlos Altamirano. Op.cit., p.22.

30Jorge Myers. Los intelectuales latinoamericanos desde la colonia hasta el inicio del siglo XX. In: História de los intelectuales em America Latina. Carlos Altamirano (org.). Buenos Aires : Katz Editores, 2008.

países, sobretudo aqueles tidos como os principais centros da civilização, era um fator que auxiliava estes intelectuais a analisarem sua própria pátria, com seus problemas e conflitos específicos e buscarem soluções para os mesmos.

É importante ressaltar que o *Memorial Orgânico* fora redigido e publicado primeiramente no exterior, no período em que Varnhagen exerceu diversas atividades de pesquisa e diplomáticas, tendo contato direto com inúmeras cidades européias. Neste sentido, apesar de ter vivido grande parte de sua vida fora do Brasil, exercendo intensamente a atividade diplomática, Varnhagen sempre pensou e escreveu com os olhos direcionados para sua terra natal. Sua produção bibliográfica tinha como um dos objetivos centrais orientar a construção e consolidação do Império do Brasil enquanto uma nação moderna. Segundo Odália³¹, as reflexões intelectuais de Varnhagen revelam pensamentos e preocupações que não eram só suas, mas também de grande parte dos dirigentes imperiais ao longo do processo de construção e consolidação do Estado imperial.

Portanto, as reflexões desenvolvidas não só por Varnhagen, mas também por todos aqueles que compunham a boa sociedade imperial, revelam alguns dos temas e debates dominantes entre os dirigentes imperiais em meados do século XIX, tais como: definição das fronteiras, tráfico intercontinental de africanos, tratamento a ser dado aos indígenas, imigração de colonos europeus, reorganização do território nacional, entre outros.

1.3

O Memorial Orgânico: estrutura, razões e intenções

É participando direta ou indiretamente destes debates que Varnhagen elabora durante sua estadia em Madrid, entre os anos de 1849 e 1850, um detalhado plano de organização do território e da população do Império e o intitula de *Memorial Orgânico que à consideração das assembleias geral e provinciais do Império apresenta um Brasileiro. Dado à luz por um amante do Brasil*. Como o próprio título assinala, esta primeira publicação do Memorial não vem assinada por seu autor. Apenas quando for reeditado no Brasil, na Revista

³¹ Nilo Odália. Op.cit.

Guanabara, em 1851, é que o texto vem identificado com o nome de Varnhagen em sua autoria.

Como comentado há poucas páginas atrás, se tivesse que ser descrito em poucas palavras, o *Memorial Orgânico* poderia ser definido, resumidamente, como um conjunto de medidas administrativas consideradas por seu autor como essenciais e necessárias de serem aplicadas, com o intuito de solucionar os problemas presentes no Império do Brasil em meados do século XIX.

No primeiro capítulo – *Alguns Enunciados* – Varnhagen expõe ao leitor o que para ele são os principais problemas enfrentados pelo país em meados do século XIX. De acordo com sua análise tais problemas – divisão inadequada das províncias, falta de comunicação interna, indefinição das fronteiras, inapropriada localização da capital, elevado número de negros africanos e índios bravos, diminuto contingente de colonos europeus – são provenientes da desorganização de dois elementos principais: o território e a população.

No segundo capítulo – *Justificam-se as seis proposições enunciadas* – é feita uma minuciosa análise de cada um dos pontos levantados no capítulo anterior, expondo os motivos que levaram o país a chegar à situação atual e, ao mesmo tempo, aponta para os perigos de não solucioná-los.

No terceiro capítulo – *Soluções e Remédios* – Varnhagen apresenta e defende uma série de medidas que têm por finalidade reverter o quadro apresentado nos dois capítulos anteriores. Dentre as propostas apresentadas pelo autor, ganham destaque a defesa em torno da transferência da capital para o interior do território, o fim imediato do tráfico de negros africanos e o tipo de tratamento a ser direcionado aos indígenas. Suas considerações em relação aos indígenas foram as que geraram maiores críticas e contestações ao *Memorial Orgânico* por parte de seus contemporâneos, como será visto no terceiro capítulo desta dissertação.

Um traço bastante característico e que perpassa por todos os capítulos do *Memorial Orgânico* é o uso de diferentes experiências históricas de variados países para validar e legitimar os argumentos apresentados. Tal traço revela, de um lado, a formação obtida por Varnhagen que, como já foi observado, congregou conhecimentos científicos mais diretamente relacionados à formação militar e

literários, voltados para o estudo de história, línguas, geografia e retórica; de outro revela também a própria experiência diplomática de Varnhagen, que o permitiu conhecer de perto inúmeros países. Assim, a união destes dois elementos influenciaram bastante nas reflexões desenvolvidas por Varnhagen no *Memorial Orgânico*.

Estes são, em linhas gerais, os principais pontos que estruturam a narrativa do *Memorial Orgânico*. Contudo, uma interrogação se manifesta: que elementos teriam motivado Varnhagen a elaborar um minucioso projeto de organização do Império por meio de um conjunto de medidas administrativas articuladas entre si? Para responder a esta pergunta, analisarei algumas considerações feitas no primeiro capítulo do *Memorial Orgânico*. Após elaborar no início de seu texto um parecer das circunstâncias em que se encontra o Brasil no momento em que escreve (1849/1850), Varnhagen faz o seguinte comentário:

“Assim o Brasil declarou-se independente; proclamou o Império; e depois de um quarto de século acha-se quase na mesma; é com mais ar de colônia, ou de muitas colônias juntas que de nação compacta. [...]”³²

Chama a atenção neste comentário o incômodo de Varnhagen pelo fato de passados cerca de *um quarto de século* após a independência, o país apresentar uma organização bastante semelhante ao período colonial. Ou seja, ao enfatizar que o Império *acha-se quase na mesma*, Varnhagen está alertando que o Brasil encontra-se estacionado no tempo, permanecendo, mesmo após sua emancipação política, ainda com *mais ar de colônia que de nação compacta*. Incômodo que se explica, entre outros elementos, pela estrutura temporal predominante desde fins do século XVIII e ao longo de todo o XIX no mundo ocidental. A gênese desta concepção de tempo encontra-se também diretamente relacionada à emergência do mundo moderno.

Segundo Reinhart Koselleck a partir de meados do século XVIII o mundo ocidental passa a vivenciar novas experiências que trouxeram, num ritmo

³²Francisco Adolfo de Varnhagen. *Memorial Orgânico que à consideração das Assembléias geral e provinciais do Império, apresenta um brasileiro. Dado a luz por um amante do Brasil*. Madri: Imprensa da Viúva de D. R. J. Dominguez, 1849, p.2.

acelerado, intensas mudanças nos hábitos, costumes e forma de pensar dos indivíduos. Acontecimentos como o advento da Revolução Industrial, do Iluminismo e, sobretudo, a eclosão da Revolução Francesa, são pontos marcantes deste processo de mudanças e encontram-se na gênese do mundo moderno³³.

É neste contexto, e influenciado diretamente por ele, que desenvolve-se em meados do século XVIII um novo estilo de pensamento³⁴: o racionalismo moderno. Ao incentivar o desenvolvimento das ciências exatas, sobretudo da matemática, uma das características centrais deste estilo de pensamento é a busca por leis gerais e universais capazes de explicar racionalmente qualquer fenômeno, seja ele natural, social, político ou histórico. Neste sentido a intenção básica – ou seja, aquilo que determina o caráter e a forma de um estilo de pensamento – do racionalismo moderno é a rejeição a qualquer explicação do mundo e das coisas que não pode ser expressa em uma fórmula matemática com aplicação universal.

Este ideal de conhecimento do racionalismo moderno, estruturado em uma lógica quantitativa e calculista, se opõe de forma sistemática ao tipo conhecimento até então predominante e que baseava-se nas experiências concretas. Portanto, nesta incessante busca por leis gerais e universais, o indivíduo concreto torna-se secundário em face à linha de raciocínio abstrata que se desenvolve com o racionalismo moderno. É neste momento que determinados conceitos- básicos³⁵

33O historiador Reinhart Koselleck utiliza a expressão *Sattelzeit* para denominar o período entre 1750 e 1850 como sendo a transição entre o início da modernidade e a modernidade propriamente dita. De acordo com a análise de Koeselleck em torno da história dos conceitos, durante este período observa-se uma transformação substancial, caracterizada por uma forte aceleração, no sentido incorporado aos vocabulários políticos e sociais identificando mudanças nas estruturas sócio-políticas do ocidente. Para um conhecimento mais detalhado em torno desta análise feita por Koselleck, cf. Reinhart Koselleck. Uma resposta aos comentários sobre o *Geschichtliche Grundbegriffe*. In: História dos Conceitos: debates e perspectivas. Marcelo Jasmin e João Feres (orgs.). Editora PUC-Rio, 2006.

34Ao utilizar o conceito de estilo de pensamento, estou considerando não apenas uma área específica, a política por exemplo, mas sim inúmeras áreas da personalidade humana (política, arte, literatura, filosofia, história) que acabam por influenciar no agir cotidiano de um determinado grupo. Portanto, ao se efetivar uma análise de um determinado estilo de pensamento não pode-se deixar de considerar os seguintes elementos: a) em uma sociedade, os padrões de pensamento humano encontram-se em constante mudança; b) um determinado estilo de pensamento origina-se em um espaço (lugar) e tempo específicos; c) as circunstâncias sociais e maneira como os diferentes grupos as interpretam. Para uma explicação mais detalhada em torno do conceito de estilo de pensamento, cf. Karl Mannheim. *O Pensamento Conservador*. In: Introdução crítica à sociologia rural, org. José de Souza Martins. São Paulo, 1981.

35Koselleck define como conceitos básicos aqueles que são insubstituíveis do vocabulário político e social por incorporarem inúmeras e diversas experiências e expectativas, tornando-se, portanto, indispensáveis na formulação dos temas mais centrais de um determinado tempo. Koselleck ressalta que “[...] os conceitos básicos são altamente complexos, sempre controversos e disputados. É isto que os faz historicamente técnicos ou profissionais. Nenhuma ação política, nenhum

sofrem um intenso processo de abstração, adquirindo a qualidade de singular-coletivos³⁶.

Uma das conseqüências desta nova percepção de mundo introduzida pelo racionalismo moderno é o surgimento de uma nova estrutura temporal. É importante atentar para esta nova forma de vivenciar o tempo a partir da modernidade, pois o tempo histórico não é algo natural e evidente, mas, assim como o estilo de pensamento, uma construção cultural que em cada época determina, de uma maneira específica, como os homens estabelecem as relações entre aquilo que já foi experimentado (passado) e as expectativas que se lançam ao futuro, influenciando assim diretamente no seu agir cotidiano (presente).

O caráter dinâmico e mutável do tempo histórico na modernidade foi responsável por gerar o abandono de uma concepção temporal orientada a partir de fenômenos naturais – seja por meio das estações do ano, do movimento das estrelas ou da seqüência natural (vida) de governantes e dinastias – modificando assim as relações entre passado e futuro. Com o estabelecimento de um tempo determinado exclusivamente pela história e pela ação dos homens, o elemento natural e transcendental vai gradativamente sendo substituído por uma nova categoria temporal: o progresso, conceito-chave do mundo moderno³⁷.

comportamento social, pode ocorrer sem um estoque mínimo de conceitos básicos que persistiram durante longos períodos; que subitamente apareceram, desapareceram e reapareceram; ou que foram transformados rápida ou lentamente. Tais conceitos devem, por esta razão, ser interpretados de modo a pôr em ordem os seus múltiplos significados, as suas contradições internas e suas aplicações variáveis nas diferentes camadas sociais”. Reinhart Koselleck. Uma resposta aos comentários sobre o *Geschichtliche Grundbegriffe*. In: *História dos Conceitos: debates e perspectivas*. Marcelo Jasmin e João Feres (orgs.). Editora PUC-Rio, 2006.

36Cf. Reinhart Koselleck. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro : Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2006. Especialmente na primeira parte do livro (Sobre a relação entre passado e futuro na história moderna), o autor analisa que com o desenvolvimento do racionalismo moderno inúmeros conceitos-chave (conceitos básicos) passam por um processo de abstração, com a finalidade de incorporá-los um significado universal. Assim, deixa-se de falar por exemplo na igualdade dos franceses ou na liberdade dos ingleses para se falar na Igualdade e Liberdade comum a todos os indivíduos e sociedades. O mesmo ocorre com o conceito de história, que deixou de ser utilizado como era até meados do século XVIII no plural, para designar as diversas narrativas particulares, e passou a ser usado cada vez mais no singular para designar a seqüência unificada dos eventos.

37O conceito de progresso foi cunhado em fins do século XVIII, incorporando em seu sentido uma periodização temporal em que o futuro é interpretado como um novo tempo, inteiramente diferente e melhor que o anterior (passado), sendo portanto de vital importância os homens o atingirem o mais rápido possível, acelerando o processo histórico, ou seja, se distanciando das experiências anteriores. Cf. Reinhart Koselleck. *Modernidade: sobre a semântica dos conceitos de movimento na modernidade*. In: *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro : Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2006.

Ao contrário de uma concepção cíclica de tempo em que a repetição dos eventos proporciona uma forte associação entre passado e futuro, sobretudo pelo caráter de exemplaridade exercido pelo primeiro, com o desenvolvimento de um tempo linear e evolutivo, marcado pela aceleração e novidade dos acontecimentos, ocorre um afastamento entre passado e futuro. A partir de então, a época em que se vive (presente) passar a ser compreendida como um tempo de ruptura e transição e não de continuidade³⁸.

Assim, os principais aspectos que definem a concepção de tempo que se estrutura no mundo moderno, são: a aceleração do tempo; a busca do progresso; e a imprevisibilidade com relação ao futuro. Quanto mais rápido se atingir este futuro desconhecido, controlando-o, mais rápido os homens e a sociedade atingiriam o progresso tanto material, quanto social, político e espiritual.

Portanto, um dos motivos que possivelmente incentivaram Varnhagen a escrever o *Memorial Orgânico* é o fato de o Império, passados 25 anos da Independência, encontrar-se *quase na mesma*, o que representaria um atraso na marcha do Império rumo ao progresso, impossibilitando-o de se tornar uma Nação Civilizada.

Contudo, se a aceleração do tempo pode ser considerada, de acordo com as reflexões de Reinhart Koselleck, como a experiência básica da concepção de tempo que se desenvolveu no mundo moderno, uma de suas conseqüências mais significativas, de acordo com Manheim³⁹, é a emergência de fortes diferenciações sociais. De acordo com este autor, as inúmeras mudanças implementadas pelo racionalismo moderno geraram reações diversas entre os diferentes grupos sociais que compunham a sociedade moderna. Cada um desses grupos desenvolverá conscientemente, desde fins do XVIII e ao longo do XIX, suas idéias, gerando estilos de pensamento diferentes e antagônicos.

38O conceito de revolução é bastante elucidativo para caracterizar este processo de transformação da noção de tempo histórico experimentado a partir do surgimento e afirmação do mundo moderno. Antes de 1789 o sentido incorporado ao conceito de revolução remetia ao uso latino da palavra, referindo-se à volta ao ponto de partida, ou seja, a um movimento cíclico enfatizando, portanto, a repetição dos acontecimentos. Com o Iluminismo e principalmente com a experiência da Revolução Francesa, a palavra revolução vai gradativamente perdendo seu sentido original, passando a representar uma experiência até então nunca vivenciada, apontando assim para um futuro desconhecido. Cf. Reinhart Koselleck. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro : Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2006.

39Cf. Karl Manheim. *O Pensamento Conservador*. In: *Introdução crítica à sociologia rural*, org. José de Souza Martins. São Paulo, 1981.

Na esfera sócio-política este antagonismo pode ser observado, por exemplo, a partir de duas concepções distintas em relação à aceleração do tempo, evidenciando a estruturação de diferentes estilos de pensamento. De um lado tem-se o conservadorismo que não se opõe à estrutura temporal desenvolvida com o racionalismo moderno e seus elementos teóricos (caráter dinâmico e mutável). Ao contrário, o conservadorismo emerge dessa organização temporal, incorporando seus pressupostos de forma racional e, conscientemente, lhes impregna um sentido diverso. Ao contrário dos progressistas que buscam estimular ao máximo a aceleração do tempo, provocando a ruptura entre passado e futuro, os conservadores têm por finalidade, entre outros elementos, retardar ao máximo este processo, tecendo assim uma unidade entre passado e futuro.

Nas considerações feitas por Varnhagen reproduzidas há pouco, é possível identificar a influência exercida pelo conservadorismo em seus argumentos. Ao alertar para o fato de que o Brasil '*acha-se quase na mesma*' passados um quarto de século da independência, Varnhagen utiliza os conceitos de colônia e nação para referir-se, respectivamente, ao passado e futuro. Ou seja, mesmo apontando a necessidade de superar o passado – *ar de colônia* – para atingir o futuro – *nação compacta* – Varnhagen não deixa também de apontar para a unidade e/ou coexistência entre eles.

Ainda no primeiro capítulo do *Memorial Orgânico*, Varnhagen expõe de forma mais clara esta unidade entre passado e futuro no curso linear e evolutivo do tempo. Ao justificar a aplicação das medidas que em seguida defenderá, faz o seguinte comentário:

“[...] Retardar sua execução quando julgada mais útil é opor-se ao adiantamento, e é desprezar uma ocasião de corresponder a confiança do Monarca, ilustrando seu reinado com uma grande providência salvadora. O primeiro soberano que viu a América franqueou os portos do Brasil e elevou-o à categoria de reino. O segundo emancipou-o com uma coroa imperial. Qual deve ser a missão do terceiro? Do primeiro soberano nascido no novo mundo? - Respondamos: a de organizar fundamentalmente e assegurar para sempre o seu vasto Império”⁴⁰.

Ao recuperar positivamente as figuras de D. João e D. Pedro I, compartilhando com a concepção de tempo característica do conservadorismo,

40Varnhagen. Op.cit., p.3.

Varnhagen defende, como continuidade deste engrandecimento, que o governo daquele que é o *primeiro soberano nascido no novo mundo* tenha por missão, *organizar fundamentalmente e assegurar para sempre o seu vasto Império*. Ao identificar como missão fundamental do governo do imperador D. Pedro II uma organização capaz de assegurar '*para sempre o seu vasto Império*', é possível identificar o tom de alerta e de preocupação que permeia este primeiro capítulo do Memorial.

Possibilita ainda compreender o título escolhido por Varnhagen para o seu texto: *Memorial Orgânico*. Recorrendo ao dicionário Moraes e Silva, a palavra *memorial* é definida como um "*livro de apontamentos para lembrança*", ou ainda como uma, "*petição para lembrar o que se pede*"⁴¹. Portanto, Varnhagen tinha como uma de suas principais intenções ao escrever o *Memorial Orgânico*, fazer uma lembrança aos políticos do país para que adotassem as medidas necessárias para pôr fim aos obstáculos que impediam o Império seguir regularmente sua marcha rumo ao progresso e à civilização. E tal lembrança é feita em tom de alerta e de preocupação, pois de acordo com Varnhagen,

“Se chega hoje o momento oportuno há que aproveitá-lo pois acaso não voltará amanhã. Haja convicções profundas, amor de pátria, caráter firme e enérgico, coragem e dedicação, que o país será salvo. [...] Força, perseverança, valor político, olhos no futuro – e adiante!”⁴².

Estas considerações de Varnhagen se aproximam bastante dos argumentos apresentados em um texto contemporâneo ao *Memorial Orgânico*. Trata-se do panfleto *Ação; Reação; Transação. Duas palavras acerca da atualidade política do Brasil* de Justiniano José da Rocha⁴³. Elaborado, em parte como uma resposta ao panfleto de Francisco de Sales Torres Homem, o *Libelo do Povo*, o texto de

41 Antonio de Moraes e Silva. Dicionário da língua portuguesa. Lisboa : Typografia Lacerdina, 1813.

42 Varnhagen, loc. cit.

43 Considerado pela historiografia como um dos dirigentes conservadores mais importantes do Segundo Reinado, Justiniano José da Rocha nasceu no Rio de Janeiro no dia 8 de novembro de 1812. Formou-se em direito pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi professor de história e geografia no Colégio Pedro II e de direito na Escola Militar do Rio de Janeiro. Em 1836 fundou os periódicos *O Athalante* e *O Chronista*. Foi redator do Jornal do Comércio entre 1839 e 1840 e combateu a ascensão dos liberais na maioria de D. Pedro II. Segundo Vainfas “Justiniano José da Rocha tornou-se órgão e alma na imprensa do Partido Conservador”. Cf. Dicionário do Brasil Imperial. Ronaldo Vainfas (org.). Rio de Janeiro : Objetiva, 2002.

Justiniano, realiza uma análise dos principais acontecimentos políticos do Brasil desde a emancipação política até o momento em que escreve, no início dos anos de 1850. Como o próprio título identifica, o autor divide tais acontecimentos em três períodos: primeiramente têm-se o período da Ação que vai de 1822 a 1836, subdividindo-se em luta e triunfo, em que triunfa o princípio democrático; o segundo período, de 1836 a 1852 é o da reação monárquica, que surge a partir da exageração do domínio democrático, e que assim como o anterior também se subdivide em dois momentos: luta e triunfo; e o terceiro período que de acordo com Justiniano é o momento presente, 1853, é o período da transação em que se busca um equilíbrio entre os princípios democrático e monárquico, incorporando o que se tem de melhor em cada um deles e excluindo suas exagerações.

Tal periodização feita por Justiniano fica bastante clara na seguinte reflexão feita pelo autor na introdução de seu texto. De acordo com ele,

“Desde os dias da independência, até 1851 vivemos no meio das lutas do elemento democrático e do elemento monárquico; procurando ambos alternadamente e com igual intensidade excluir-se trouxeram-nos pela vereda do infortúnio ao ponto em que estamos. Ter-lhe-íamos sucumbido, se nos não valesse a forte constituição da unidade brasileira; a ela devemos os dias que correm de paz e bonança, de aspirações mais brandas e moderadas, de arrefecimento de ódios e paixões”⁴⁴.

Já o período da Transação seria um momento superior que se estabelece após estes embates entre o elemento democrático e o elemento monárquico, como bem aponta Justiniano:

“Na luta eterna da autoridade com a liberdade há períodos de ação; períodos de reação, por fim, períodos de transação em que se realiza o progresso do espírito humano, e se firma a conquista da civilização”⁴⁵.

Contudo, mesmo o país se encontrando no período referente à Transação, Justiniano faz um importante alerta, que muito se assemelha com as considerações

44Justiniano José da Rocha. Ação; Reação; Transação. Duas palavras acerca da atualidade política do Brasil. In: Três panfletários do Segundo Reinado. Raimundo Magalhães Junior (org.). São Paulo, 1965, p.164.

45Op.cit., p.163.

feitas por Varnhagen no primeiro capítulo do *Memorial Orgânico*. De acordo com ele,

“A fase da transação é pois a que exige mais prudência, mais tino, mais devoção dos estadistas a quem é confiada à força governamental e a alta direção dos públicos negócios. [...] Os dias da transação vão passando, e não têm sido utilizados; já quem sabe se não desponta no horizonte do país o sinal precursor de nova ação ... ainda é tempo todavia; [...] queremos esclarecer posições, [...] queremos servir o país, e não irritar paixões e suscetibilidades; não é pois manifesto de guerra que lançamos, é um farol que ascendemos à borda do abismo, para que dele nos desviemos”⁴⁶.

Portanto, assim como o *Memorial Orgânico* é uma *petição para lembrar o que se pede*, o panfleto de Justiniano também tem por objetivo alertar, por meio do exemplo que a história política do país demonstrava, aos estadistas para que tomem as medidas necessárias para que o Império realize a *conquista da civilização*, impedindo assim que se abra novamente um ciclo de embates – de lutas e triunfos – entre os princípios democrático e monárquico.

Assim como o texto de Justiniano José da Rocha, o *Memorial Orgânico* também nos permite observar de que forma os dirigentes imperiais incorporavam os ideais do conservadorismo, possibilitando-os expandir um ideal de ordem, pois como ressalta Hobsbawn, “a melhor defesa da idéia de império é a defesa da idéia de ordem”⁴⁷. E ao expandir um ideal de ordem, tornava-se possível difundir uma determinada civilização para todo o território e população do Império.

1.4

Um diagnóstico nada animador

Como já mencionado anteriormente, o *Memorial Orgânico* teve sua primeira publicação durante o período em que Varnhagen exerceu a função de encarregado dos negócios do Império em Madrid. Foi publicado anonimamente em dois pequenos volumes, entre os anos de 1849 e 1850, sendo reeditado no

46Op.cit., pp.164-165.

47Eric Hobsbawn. Globalização, democracia e terrorismo. São Paulo : Companhia das Letras, 2007.

Brasil entre outubro e novembro de 1851 na Revista Guanabara⁴⁸, que contava com o amparo de D. Pedro II e tinha à frente de sua direção homens como Araújo Porto Alegre, Joaquim Manoel de Macedo e Gonçalves Dias. A reedição do *Memorial Orgânico* na Revista Guanabara, ao contrário de sua primeira publicação, é assinada pelo autor por determinação dos editores daquele periódico, conforme o próprio Varnhagen explicita na carta que abre a edição do *Memorial Orgânico* na Guanabara⁴⁹.

Ainda nesta carta introdutória à reedição do *Memorial Orgânico* pela Guanabara, Varnhagen comunica ao leitor que na presente publicação (1851) “[...] as alterações não mudam a forma: apenas com elas se aprimoram e arredondam frases [...]”. E completa: “[...] Não introduzi, [...] uma só idéia nova, segundo se podem desenganar pela confrontação”⁵⁰.

Contudo, acatando a sugestão de Varnhagen, realizei a confrontação entre as duas publicações do *Memorial Orgânico* e identifiquei que existem diferenças entre elas. O próprio Varnhagen, admitiria tal fato, quando em 1877, já no fim da vida, escreve em Viena um pequeno opúsculo em que reafirma suas posições acerca de um dos principais temas abordados no *Memorial*: a questão da localização da capital. Neste que talvez tenha sido um de seus últimos trabalhos publicados, Varnhagen faz o seguinte comentário:

48 A respeito da Revista Guanabara, c.f. Nelson Werneck Sodré. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, 1966; Bernardo Ricupero. *O Romantismo e a idéia de nação no Brasil (1830/1870)*. São Paulo : Martins Fontes, 2004.

49 Varnhagen demonstra certo descontentamento com tal exigência dos redatores da Guanabara de que a publicação do *Memorial* na revista devia ser assinada, talvez já imaginando as repercussões que algumas de suas idéias iriam gerar, sobretudo no que se referiria ao tratamento a ser dado aos indígenas. O autor do *Memorial* faz o seguinte comentário na carta citada: “Rio, 15 de Setembro de 1851. Meus amigos e srs. - Assim o querem, assim o tenham. Restituo os dois opúsculos com os retoques que me propus fazer-lhes, uma vez que, por sua vontade, devem ser eles reproduzidos no Guanabara [...] e com o meu nome, circunstância esta que não se deu na edição de 1849 (1ª parte) e 1850 (2ª parte) [...]. Assentam meus amigos que deve ir agora o meu nome: creio que fazem mal e que me buscam trabalho, como lhes disse. Sei que para levar a gente a sair do ramerrão necessita-se de alguém que se arroste, que seja vítima de sacrificio na religião das novas idéias; por esse lado sentir-me-ia eu com abnegação bastante, e com energia para arrostar contra balas de papel, e espero não me dar por morto moralmente, enquanto tiver alento de vida”. *Revista Guanabara*, 1851, tomo I, p.357.

50 Op.cit., p.355.

“(...) nesta carta [de abertura do Memorial Orgânico pela Revista Guanabara] prometíamos não fazer novas adições, deixamos de cumprir essa promessa. Enviamos à redação mais duas partes, a última (4ª) das quais não chegou a ser impressa, ignoramos porque; e na 2ª preferimos englobar os argumentos novos apresentados na 3ª (...)”⁵¹.

Embora os temas tratados em ambas as publicações sejam os mesmos, os argumentos utilizados por Varnhagen apresentam variações entre as publicações de 1849/50 (Madrid) e 1851 (Guanabara). Objetivando desenvolver uma compreensão mais completa do pensamento e das reflexões de Varnhagen apresentados neste texto, utilizarei ao longo da dissertação as duas publicações do *Memorial Orgânico*⁵². Feitas estas considerações iniciais, volto às atenções para o conteúdo do *Memorial Orgânico*.

Em seu primeiro capítulo, intitulado “*Alguns Enunciados*”, Varnhagen descarta o uso de introduções permeadas de erudição e requinte literário. Ao contrário, sob um forte pragmatismo, expondo desde já toda a influência adquirida em sua formação como engenheiro e militar, realiza nos dois parágrafos iniciais do *Memorial Orgânico*, o diagnóstico de um corpo – Império do Brasil – acometido por algumas doenças. Eis seu parecer:

“O Brasil é uma nação cujas raias com as vizinhas estão por assinar; um império cujo centro governativo não é o mais conveniente; um país cujo sistema de comunicações internas, se o há, não é filho de um plano combinado; um território enfim cuja subdivisão em províncias é desigual, monstruosa, não subordinada a miras algumas governativas [...].

[...] E que é a nossa população? Para tão vasto país como uma gota de água no caudaloso Amazonas. Mas pior é a sua heterogeneidade que o seu pequeno número. Temos cidadãos brasileiros; temos escravos africanos e ladinos, que produzem trabalho, temos índios bravos completamente inúteis ou antes prejudiciais, e temos pouquíssimos (infelizmente) colonos europeus”⁵³.

Objetivando desenvolver uma análise que permita compreender a relevância destes dois parágrafos iniciais do *Memorial Orgânico*, chamo a atenção para uma característica presente no texto de Varnhagen: o uso de expressões,

51Francisco Adolfo de Varnhagen. A Questão da Capital: marítima ou no interior? Viena, Imp. do filho de Carlos Gerold, 1877, p.1.

52 Identificarei cada uma das publicações utilizadas ao longo do texto e também nas notas, colocando ao lado o ano da publicação do Memorial Orgânico que esta sendo utilizada naquele momento.

53Varnhagen. Op.cit.[1849], p. 2.

conceitos e saberes advindos da ciência médica. Tal uso expressa o interessante diálogo e/ou aproximação que se estabelece, ao longo do século XIX, entre as disciplinas de história e da medicina. Segundo Marc Ferro⁵⁴, a apropriação do método médico para analisar a sociedade relaciona-se diretamente com o processo de afirmação da história e da medicina como disciplinas científicas, ao longo do século XIX.

Uma questão interessante deste diálogo entre medicina e história, e que aparece implícita no *Memorial Orgânico*, diz respeito ao poder simbólico transmitido pela imagem/ofício do médico: representante da higiene e dedicado ao bem estar, o médico encarnava o ideal do progresso⁵⁵. Destaca-se assim, a figura do médico que, em virtude do seu conhecimento especializado, tem o poder do diagnóstico e principalmente do prognóstico. É ele que tem a capacidade de analisar e julgar se o paciente encontra-se saudável ou enfermo. Trata-se, portanto, de uma relação de poder em que o médico exerce uma autoridade sobre o paciente.

Portanto, a apropriação da ordem médica para analisar a sociedade coloca em destaque a figura daquele que pelo conhecimento especializado, adquirido em sua formação, tem condições de analisar a sociedade, apontando seus problemas – doenças – e soluções para que a mesma atinja o progresso e a civilização. Expressa ainda que a ordem social não ocorre naturalmente, mas sim depende da ação daqueles que, de acordo com suas habilidades, têm capacidade para organizá-la e dirigi-la. Assim como na medicina é necessário possuir conhecimentos específicos para tratar do corpo humano, não era diferente para organizar a sociedade. É justamente aí que reside a importância da formação de Varnhagen. Ao se formar como engenheiro militar, Varnhagen adquiriu conhecimentos específicos que lhe permitiam analisar e defender um determinado tipo de organização para o corpo do Império – o território – e seu conteúdo – a população.

O *Memorial Orgânico* incorpora em diversas passagens o uso de expressões características do saber médico, construindo metáforas que auxiliam

54Marc Ferro. A história vigiada. São Paulo : Martins Fontes, 1989.
55Op.cit., p.86.

na análise do Império. Ao iniciar o Memorial enunciando os males que acometem o país, em seguida Varnhagen faz o seguinte comentário:

“Puzemos o dedo em várias chagas do país para acusar delas a existência [...]. Mas entenda-se! Dizemos o mal para que ele se conheça e se trate de sua cura [...]. Se julgássemos um só desses males incurável teríamos igualmente patriotismo bastante para ocultá-lo, e se víssemos que ele produziria a infalível morte da pátria, também a amamos bastante para que tivéramos a coragem de caladamente morrer com ela”⁵⁶.

Esta apropriação do saber médico também se manifesta em um ponto central do texto de Varnhagen: no título de sua obra. Como já indiquei, o termo 'Memorial' é apresentado pelo dicionarista Moraes e Silva como um '*livro de apontamentos para lembrança*' ou ainda como uma '*petição para lembrar o que se pede*'. Neste sentido, o termo Memorial expressa o objetivo do texto de Varnhagen: alertar para a necessidade de se adotar determinadas medidas consideradas como imprescindíveis para que o Império continue sua marcha em direção ao progresso e à civilização. Contudo, Varnhagen completa o título incorporando ao lado de 'Memorial' a palavra 'Orgânico'. Novamente retornando ao dicionário Moraes e Silva, o termo Orgânico aparece definido como o conjunto de '*órgãos ou membros do corpo animal*'⁵⁷.

Ao conceber o Império como um corpo que se constitui a partir da associação de um conjunto de órgãos e membros, formando assim um organismo, Varnhagen está indicando que as medidas a serem tomadas têm por finalidade atender não só determinadas partes, mas sim fortalecer todo o corpo, por meio de uma relação harmônica entre as partes que o compõem.

Portanto, farei a partir de agora da metáfora que a pouco fiz referência: de um corpo – Império do Brasil – doente, acometido por algumas enfermidades. É a partir desta metáfora que organizo minha análise do primeiro capítulo do *Memorial Orgânico*, estruturando-a em torno do que pode ser denominado de “procedimento médico”. Explico. Quando um médico diagnostica que o corpo humano está sendo atacado por alguma doença, realiza-se, na maioria das vezes, o seguinte procedimento padrão: a) primeiro procura-se as causas – as origens – que

56Varnhagen. Op.cit. [1849], p.2.

57Moraes e Silva. Op.cit.

possibilitaram a contração da respectiva doença; b) em seguida, identifica-se os efeitos já provocados, ao mesmo tempo em que aponta-se para aqueles que ainda possam vir caso não se adote o tratamento adequado; c) por fim, adotam-se medidas de combate buscando a erradicação (cura) da doença e o conseqüente fortalecimento do corpo.

Neste primeiro capítulo da dissertação me ocuparei principalmente das causas e dos efeitos do diagnóstico feito por Varnhagen naqueles dois parágrafos iniciais do *Memorial Orgânico*, enquanto que as medidas defendidas pelo mesmo para a reversão deste quadro clínico – os remédios – serão analisadas nos capítulos seguintes.

Pois bem, Varnhagen, já diagnosticou o que ele próprio nomeou como sendo as *chagas do país*. Dando continuidade a proposta de análise feita acima, vejamos o que ele apresenta como as causas e os efeitos destes males.

1.5

As origens dos males

Nas enunciações feitas no primeiro capítulo do *Memorial Orgânico* destacam-se dois elementos principais e/ou centrais que, segundo os argumentos do próprio Varnhagen, podem ser vistos como as origens pela situação atual do Império.

O primeiro elemento apresentado por Varnhagen como responsável pelo estado de enfermidade em que o Império se encontra, reside no fato de

“Em geral os nossos políticos demasiado embebidos no estudo dos livros estrangeiros, e no hábito de adotar às vezes com nimia prontidão os seus preceitos, distraem-se de estudar as necessidades do Brasil pelo próprio Brasil [grifos do autor].”⁵⁸

Ao criticar o que caracterizaria como *espírito de imitação*⁵⁹, Varnhagen revela a influência do pensamento conservador sobre a forma de agir e pensar dos

58Varnhagen. Op.cit. [1849], p.2.

59Idem.

dirigentes imperiais. E uma dessas influências do conservadorismo, importante de ser enfatizada, diz respeito ao modo como este estilo de pensamento concebia o tempo histórico, organizando-o dentro de uma estrutura linear e evolutiva entre passado, presente e futuro. Ao enfatizar a coexistência e não a ruptura, o conservadorismo racionaliza o tempo histórico tendo como referência principal as circunstâncias e experiências históricas concretas⁶⁰.

De acordo com Manheim, o conservadorismo possui como um de seus principais pressupostos teóricos a compreensão de que somente por meio do conhecimento das circunstâncias históricas, específicas de cada sociedade, torna-se possível a esta mesma sociedade se aperfeiçoar e atingir o progresso e a civilização. Portanto, o caráter sucessório (seqüencial) – inerente a uma concepção linear de tempo – só adquire sentido e lógica quando articulado a um espaço específico, enfatizando assim a particularidade de cada povo e/ou sociedade no processo histórico. Trata-se, portanto, de uma concepção de tempo histórico em que a dimensão temporal ocupa lugar secundário em relação à espacial⁶¹. Por priorizar a espacialidade frente à temporalidade, os conservadores constroem uma forte associação entre o espaço e os conceitos de progresso, civilização e nação⁶².

Neste sentido, o *espírito de imitação* exposto por Varnhagen é visto pelos saquaremas, e por aqueles que de alguma forma a eles se associavam, como um forte obstáculo ao futuro que almejavam: a inserção do Império do Brasil no

60Segundo Manheim, “[...] A peculiaridade do modo conservador de enquadrar as coisas em um contexto mais amplo, é que ele se aproxima delas por trás, a partir de seu passado. Para o pensamento progressista, o significado das coisas deriva em última análise de algo acima ou além delas mesmas, de uma utopia futura ou de sua relação com uma forma transcendente. Os conservadores, no entanto, vêm todo o significado de uma coisa no que está por trás dela, ou seu passado temporal ou sua origem evolutiva. Enquanto o progressista utiliza o futuro para interpretar as coisas, o conservador utiliza o passado; o progressista pensa em termos de modelo, o conservador pensa em termos de origens”. Karl Manheim. Op.cit., p. 121.

61Manheim ressalta que, “[...] os conservadores conhecem o passado como sendo algo que existe com o presente; conseqüentemente, sua concepção de história tende a ser mais espacial do que temporal; ela enfatiza mais a coexistência do que a sucessão”. Cf. Karl Manheim. Op.cit., p.123.

62Ao enfatizar o valor atribuído pelo pensamento conservador ao espaço, Manheim considera que “A terra é a base real sobre a qual o Estado se ergue e se desenvolve, e somente a terra pode realmente fazer a história. O indivíduo transitório é substituído pelo fato mais durável, a terra, como base dos acontecimentos. Como Möser disse: [...] “a história da Alemanha tomaria um rumo completamente novo se traçássemos a sorte das propriedades territoriais, como as reais partes componentes da nação, através de todas as suas mudanças, considerando-as como corpo da nação, e seus beneficiários apenas como bons ou maus acidentes que podem acontecer ao corpo. Todo indivíduo e acontecimento isolado é visto como puramente acidental e fortuito em contraste com essa sub-estrutura territorial compacta”. Cf. Manheim. Op.cit., p.123.

conjunto das Nações Civilizadas. Ao contrário da primeira publicação do *Memorial Orgânico* em Madrid (1849), na edição de 1851 pela Guanabara Varnhagen estende consideravelmente seus argumentos em torno deste debate. Eis a reflexão apresentada na Guanabara:

“[...] nos cumpre estudar as necessidades do Brasil só pelo mesmo Brasil, e não pelo que se passa n' outros países mais civilizados, a cujas leis já demasiado temos copiado. Tenhamos presente o grande preceito de Vattel: “Toda nação deve primeiro conhecer-se: sem isso nunca poderá ela trabalhar com bom êxito para o seu aperfeiçoamento. É preciso que se faça justa idéia do estado em que se acha, a fim de tomar as medidas que convenham a esse estado; deve conhecer os progressos que tem feito, os que cumpre fazer, e o que tem de bom ou de defeito, para saber o que há de conservar e o que há de corrigir. Sem tal conhecimento a nação será conduzida ao acaso; tomar-se-ão muitas medidas falsas; e julgar-se-á obrar com grande prudência imitando o proceder dos povos reputados hábeis, sem notar que tal regulamento ou prática, salutar a uma nação, é muitas vezes pernicioso à outra”. Repassemo-nos bem da verdade destas poucas linhas do grande publicista; e acabemos de uma vez com o mau hábito de estarmos sempre a traduzir leis e a citar a Inglaterra e a macaquear os Estados Unidos. [...] Ouçamos ao jovem Brasil suas queixas, e apliquemo-lhes o remédio que nos dite o bom senso e a história da formação das nações”.⁶³

Se por um lado os dirigentes imperiais tomam os *'países mais civilizados'* como referências, sobretudo Inglaterra e França, pois representam o modelo de civilização a ser atingido, de outro, também realizam restrições à implementação de determinadas medidas administrativas e formas de organização política experimentadas naqueles países, principalmente quando estas ameaçam os monopólios e as hierarquias existentes entre os três mundos da sociedade imperial e no interior de cada um deles.⁶⁴

É válido ressaltar, e isto reforça ainda mais a atenção a ser dada a este ponto, que tal forma de pensar incorporada pelos homens da boa sociedade não se limitava apenas ao campo político-administrativo, por mais que seja para este que o *Memorial Orgânico* esteja direcionado. A influência do conservadorismo entre os homens da boa sociedade está presente também em outros campos, como por exemplo no literário. As considerações feitas por Joaquim Norberto de Sousa Silva⁶⁵, contemporâneo de Varnhagen, em defesa da originalidade e nacionalidade

63Varnhagen. Op.cit. [1851], p.424.

64Cf. Ilmar Rohloff de Mattos. O Tempo Saquarema. São Paulo : Hucitec, 2004.

65Joaquim Norberto de Sousa e Silva nasceu no Rio de Janeiro em 6 de junho de 1820 e desde cedo destacou-se no campo das letras, publicando seu primeiro livro aos 21 anos de idade. Sua

da literatura brasileira se aproximam dos argumentos utilizados por Varnhagen no *Memorial Orgânico* em torno da ineficácia de se incorporar leis estrangeiras que ignoram as circunstâncias específicas do Brasil.

Os debates em torno da existência ou não de uma literatura nacional no Brasil em meados do XIX foram intensos e abordaram, seja para legitimar uma possível nacionalidade da literatura ou para negá-la, inúmeras e variadas questões. Em um destes diversos debates José da Gama e Castro, autor do ensaio “*Reflexões sobre a nacionalidade da literatura brasileira*”⁶⁶, apresenta algumas proposições que para ele fundamentam a impossibilidade de se pensar em uma nacionalidade da literatura brasileira antes da emancipação política em 1822. O autor das “Reflexões” estrutura dois argumentos para legitimar sua tese: 1º – de que antes da Independência não havia entre os habitantes do Brasil “inteligência social” suficiente, capaz de desenvolver uma literatura nacional; 2º – utilizando os Estados Unidos como exemplo, considera que pelo fato do Brasil ainda ter poucas décadas como nação independente não se podia ainda falar em uma literatura nacional, ao contrário daquele país que por ser independente há mais tempo já a possuía.

Joaquim Norberto vai se opôr de maneira veemente a estas proposições de José da Gama e Castro. No que se refere ao primeiro argumento exposto – da inexistência, antes de 1822, de uma “inteligência social” entres os habitantes do Brasil, Norberto faz o seguinte comentário:

obra é vasta e bastante heterogênea, exercitando-se em diversas modalidades (poesia lírica e épico-lírica; ficção em prosa; teatro; história literária, história e biografia). Seus estudos são encontrados em grande medida dispersos em periódicos, como o *Minerva Brasiliense*, *Despertador*, *A Semana* e o *Jornal do Comércio*. Segundo Roberto Acízelo, é no campo dos estudos históricos que situa-se o que de melhor produziu, especialmente no âmbito da história literária, sendo apontado como um dos pioneiros na tentativa de sistematizar a história da literatura brasileira. Foi filiado a várias associações culturais no país, ingressando em 1841 para o IHGB, chegando à presidência desta casa (1886-1891). Faleceu na cidade de Niterói no dia 14 de maio de 1891. A respeito da vida e obra de Joaquim Norberto de Sousa e Silva, Cf. Dicionário do Brasil Imperial. Ronaldo Vainfas (org.). Rio de Janeiro : Objetiva, 2002; História da Literatura Brasileira. Roberto Acízelo de Souza (org.). Rio de Janeiro : Zé Mario Editor, 2002.

66 Cf. Joaquim Norberto de Sousa e Silva. História da Literatura Brasileira. Roberto Acízelo de Souza (org.). Rio de Janeiro : Zé Mario Editor, 2002.

“[...] o autor das 'Reflexões sobre a nacionalidade da literatura brasileira' esquece-se que a sua proposição teria todo o fundamento se ela se referisse ao primeiro século, em que teve lugar o descobrimento, o reconhecimento e a conquista do Brasil. [...] Nos séculos subseqüentes, em que a prosperidade do Brasil e de seu desenvolvimento intelectual dava que recluir à metrópole, já sua índole despontava nos nascidos na terra americana; [...] Negar o que é geralmente sabido é falar sem o mínimo de conhecimento de nossas coisas, é patentear a mais crassa ignorância acerca da história do país, a que se não concede anteriormente à sua independência a existência de um povo com um índole, com um caráter, com uma inteligência social [...]”.⁶⁷

E para combater o segundo argumento, em que Gama e Castro utiliza os Estados Unidos como base para legitimar suas considerações, Norberto faz a seguinte análise:

“[...] Os Estados Unidos, notáveis e grandiosos sob todos os pontos de vista, são essencialmente modernos; sua índole é material e mecânica; sua força repousa em seu bom senso, na paciência da observação e da indústria. É país sem imaginação e baldo de tradições. [...] Não se pode dizer, é certo, que o povo brasileiro seja notável como povo mercantil e industrial; é porém incontestavelmente um povo disposto a admirar tudo quanto é belo e sublime. Alegre, festivo e apaixonado [...] é um povo artista e muito singularmente enlevado da música e da poesia, artes estas em que ele vence e sobrepuja a todos os outros povos americanos”.⁶⁸

Após estas considerações de Joaquim Norberto, torna-se possível identificar aproximações entre seus argumentos e os de Varnhagen. De maneira semelhante a Varnhagen, o autor de *História da Literatura Brasileira* contesta o primeiro argumento de Gama e Castro apontando que este é desenvolvido *sem o mínimo de conhecimento de nossas coisas*, sendo, portanto, uma análise baseada na *mais crassa ignorância acerca da história do país*. No que se refere ao segundo argumento de Gama e Castro, Joaquim Norberto também compartilha em certa medida com aqueles preceitos de Vattel que Varnhagen fez questão de reproduzir na edição de 1851 do *Memorial Orgânico*, ao considerar ineficaz uma comparação entre Brasil e Estados Unidos, já que o povo de cada um desses países possui uma índole própria. Esta idéia em torno de uma índole particular de cada povo é muito bem expressa pelo conceito de gênio⁶⁹ largamente utilizado no

67 Op.cit., p. 94.

68Op.cit., pp. 105-106.

69O conceito de gênio foi amplamente explorado pelo romantismo ao longo do século XIX com a finalidade de demarcar a diferença entre povos e nações, incentivando desta maneira a unidade destes povos, por meio do ideal da nacionalidade. Elementos como clima, costumes, natureza, história e língua específicos de um povo, eram determinantes para a constituição do 'gênio'.

continente americano, sobretudo por letrados ligados ao romantismo, para afirmar, entre outros elementos, o ideal nacional nascente.

Feita esta rápida observação, retorno à análise do *Memorial Orgânico*. A pouco ressaltarei que o horizonte de expectativa – o futuro – traçado pela maior parte dos dirigentes imperiais é a inserção do Império no conjunto das Nações Civilizadas. E de acordo com o raciocínio exposto por Varnhagen no primeiro capítulo do *Memorial Orgânico*, para que se caminhe nesta direção de forma ordenada, é necessário que se tenha uma *justa idéia do estado em que se acha o país*, para a partir daí agir, adotando medidas que *convenham a esse estado*, impedindo desta maneira que a nação seja *conduzida ao acaso*.

Orientar-se a partir das circunstâncias presentes. Este é um primeiro traço significativo presente naqueles dois parágrafos iniciais do *Memorial Orgânico* que gostaria de destacar. E será a partir deste olhar sobre as circunstâncias presentes e tendo por referência a *história da formação das nações*, que Varnhagen lança a seguinte indagação:

“[...] que é o Brasil, com seus escravos e senhores, senão um país arqui-feudal, onde nem sequer há leis em virtude das quais os servos possam trabalhar [...] embora se achem os suseranos cidadãos constitucionais? [...]”⁷⁰

E prossegue concluindo afirmando que,

“A humanidade é a mesma por toda a parte, e por toda a parte necessita marchar a passos lentos para não tropeçar e aleijar-se. Os sertões do Brasil e os habitantes isolados deles estão em tudo como a Europa na Idade Média. [...] Se desejamos sinceramente constituir o império, não copiemos as leis européias de hoje. Copiemos antes muitas providências da idade em que nasceu, ou pelo menos se acalentou, a civilização que avassala a orbe; estudemos a marcha dos povos da Europa desde o 9º ao 14º século; [...] nas capitulares carolíngias, e nos forais antigos encontraremos mais filosofia de legislação aplicável ao atual estado do

Joaquim Norberto incorporou em inúmeros escritos seu sentido do conceito de gênio. Tal uso fica bastante evidente na seguinte passagem: “[...] ainda pouco um autor espanhol [...] comparou o gênio dos dois povos das duas Américas. [...] Não há aí [se referindo ao Brasil] essa agitação febril, esse rápido desenvolvimento, esse espírito empreendedor no último grau, essa sede de conquistas e de maior engrandecimento que se vê nos Estados Unidos com admiração e receio. No Brasil, quer pela benignidade do clima, quer pelo suave natural da gente que o habita, quer por outras causas, caminha-se mais lentamente a essa perfeição material que hoje se tem por bem supremo e pelo último alvo dos povos civilizados”. Joaquim Norberto de Sousa e Silva. Op.cit., p.104.

⁷⁰Varnhagen. Op.cit. [1851], p.401.

Brasil do que em Filangieri, ou em Rossi, ou em todos os códigos contemporâneos de todas as nações”.⁷¹

Contudo, Varnhagen não atribui apenas à cópia inapropriada de leis estrangeiras como a única causa responsável para o Império encontrar-se sob as circunstâncias apresentadas naqueles dois parágrafos iniciais do *Memorial Orgânico*. Além desta ressalta também que:

“[...] a falta de coragem política para levar avante as medidas que poderiam prejudicar as eleições da seguinte legislatura, embora vitais ao país [...] tem feito que os ministérios e as legislaturas se sucedam, uns a outros, mandando [grifos do autor] mais ou menos todos, poucos governando [grifos do autor]. As oposições contentam-se em gritar na resposta ao discurso da Coroa, a ver se é chegada a ocasião de irem ao poder; [...] e raras vezes se fala em melhoramentos materiais do país, a não ser com relação a interesses provinciais”.⁷²

Igualmente ao '*espírito de imitação*', a preponderância dos *interesses provinciais* também é visto como um obstáculo para o Império atingir o progresso e se tornar uma Nação Civilizada. Contudo, para que estas ponderações feitas por Varnhagen adquiram maior compreensão é importante que se faça algumas considerações referentes ao contexto em que está inserido o *Memorial Orgânico*.

Mesmo tendo sido elaborado e publicado primeiramente no exterior, o *Memorial Orgânico* articula-se com o contexto-sócio político da década de 1840 e início dos anos de 1850. Período este marcado, politicamente, pela maioria do imperador (1840) e neste sentido pela continuidade do processo de centralização política iniciada em 1837 com o regresso conservador. Em reação a este processo, destaca-se a eclosão de movimentos liberais em diversas províncias do Império. Dentre esses movimentos destacam-se as revoltas liberais de 1842, ocorridas em São Paulo e Minas Gerais, e a Praieira, ocorrida em Pernambuco no ano de 1848, um ano antes da publicação do *Memorial Orgânico* em Madrid, revelando que mesmo ausente Varnhagen estava atento e bem informado do que se passava no Império. Movimentos estes que, respeitando a especificidade de cada um, possuíam como traço comum a defesa pela descentralização do poder político,

71Op.cit., p.402.

72Varnhagen. Op.cit. [1849], p. 2.

assegurando assim que prevalecesse em cada província o poder das lideranças locais.

Um texto amplamente utilizado pela historiografia e que reflete, de forma bastante agressiva, o caráter desses movimentos liberais, é o panfleto *O Libelo do Povo*, escrito por Francisco de Sales Torres Homem⁷³. Publicado no ano de 1849, *O Libelo do Povo* foi escrito em reação à forte repressão aos praieiros, empreendida pelos conservadores que acabavam de reassumir a direção do gabinete ministerial do império após um período sob liderança dos liberais (1844-48) – o quinquênio liberal⁷⁴. Ao longo do panfleto, Torres Homem desenvolve uma análise em torno dos principais acontecimentos políticos do Brasil desde a sua independência, traçando um retrato altamente desfavorável da dinastia dos Bragança – expondo aí um forte sentimento anti-lusitano –, identificando-a como a responsável pela implementação de um poder arbitrário e despótico e que impedia o estabelecimento de um governo liberal no Brasil. Tais críticas podem ser percebidas na seguinte passagem contida no texto:

“[...] Porque tão azinha empalideceu a estrela, que há pouco cintilava em céu puro, inspirando as mais doces e animadoras esperanças? O que aconteceu, para que assim se dispersasse o povo brasileiro ainda no meio das festas da liberdade, e se trocassem seus hinos faustosos em murmúrios de pesar e consternação? Eu vou dizê-lo. Houve a usurpação da soberania popular por aquilo, a que a corte designa com diversos nomes – soberania real, direito divino, prerrogativa, legitimidade, poder hereditário – . A nova realeza saída da lavra da nação, ostenta-se superior a ela, ataca-a, e a absorve em si [...]”⁷⁵.

73Francisco de Sales Torres Homem nasceu no Rio de Janeiro em 29 de janeiro de 1812. Formou-se em medicina pela Escola Médico-cirúrgica do Rio de Janeiro, mas não chegou a exercer a profissão. Em 1833 foi para Europa como secretário da legação brasileira na França, onde estudou economia política, sistemas financeiros e formou-se em direito pela Universidade de Paris. Por sua intensa participação nos movimentos liberais de São Paulo e Minas Gerais foi deportado para Lisboa em 1842, sendo anistiado dois anos depois. Ao retornar ao Brasil elegeu-se deputado. Inspirado pela queda do gabinete liberal (1848) e pela forte repressão ao movimento praieiro empreendida pelos conservadores, escreve *O Libelo do Povo*, sob o pseudônimo de Timandro. Anos mais tarde aproxima-se da Coroa e apoia a política da conciliação de Honório Hermeto Carneiro Leão. Exerceu inúmeras funções públicas, como a presidência do Banco do Brasil e a pasta da Fazenda. Em 1872 foi nobilitado com o título de visconde de Inhomirim. Faleceu em Paris a 3 de junho de 1876. Cf. Ronaldo Vainfas. *Op.cit.* pp.289-290.

74A respeito da formação dos gabinetes ministeriais do período 1840-1860, cf. *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo II; Vol. 5 – Reações e Transações. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1997.

75Francisco de Sales Torres Homem. *O Libelo do Povo*. In: Raimundo Magalhães Junior. *Três panfletários do Segundo Reinado*. São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1956, p.63.

Além desta forte crítica à centralização do poder político, simbolizada na associação entre a coroa e conceitos como absolutismo, despotismo, tirania e privilégio, há um outro elemento importante de ser observado no texto de Torres Homem. Trata-se da defesa de uma determinada concepção de tempo diversa daquela observada no *Memorial Orgânico*. Em virtude do forte caráter anti-lusitano do texto, Timandro rejeita a influência positiva do passado português, sobretudo da dinastia dos Bragança, ao futuro que projeta. Futuro este caracterizado por uma ruptura com as experiências anteriores e expresso pelo autor pelo uso constante do moderno conceito de revolução ao longo do panfleto. Para Timandro, somente através do rompimento com o passado seria possível ao Brasil constituir um governo a partir dos ideais de liberdade e igualdade:

“[...] Quando raiará o dia da regeneração? Quando estiver completa a revolução, que há muito se opera nas idéias e sentimentos da nação; revolução que caindo gota a gota arruinou a pedra do governo arbitrário; revolução que não poderão conter nem as cabalas palacianas, nem as baionetas, nem a corrupção; revolução que trará insensivelmente a renovação social e política sem convulsões e sem combate, da mesma maneira que a natureza prepara de dia em dia, de hora em hora a mudança das estações; revolução finalmente, que será o triunfo definitivo do interesse brasileiro sobre o capricho dinástico, da realidade sobre a ficção, da liberdade sobre a tirania!”⁷⁶

Um dado curioso e que não pode deixar de ser observado. Enquanto apenas neste parágrafo de *O Libelo do Povo*, a palavra revolução aparece cinco vezes, enfatizando, portanto, a necessidade de romper com as estruturas do passado para que se introduza um tempo novo, no *Memorial Orgânico*, Varnhagen utiliza ao longo de todo o texto uma única vez a palavra revolução e num sentido completamente diverso, operando com uma noção de restauração e não de rompimento.

Portanto, ao analisar o *Memorial Orgânico* é importante introduzi-lo neste ambiente de disputas entre luzias e saquaremas⁷⁷. Sua própria publicação na

⁷⁶Op.cit. p. 126.

⁷⁷A própria denominação luzia e saquarema provêm dos embates entre conservadores e liberais nos movimentos liberais de 1842. A denominação de luzias aos liberais articula-se a significativa derrota que estes sofreram pelas forças do Barão de Caxias no combate de Santa Luzia. Após este combate, os conservadores passaram a denominar os liberais de luzias, como referência à forte derrota que os mesmos sofreram no referido combate. Já o termo saquarema tem uma ávida expansão entre os anos de 1844-1848, de liderança política dos liberais. Como destaca Ilmar Mattos, de um lado o termo saquarema possuía um sentido depreciativo identificando-a a

Revista Guanabara a pedido de seus editores que em sua maioria compartilhavam com o projeto político defendido pelos saquaremas expõe este contexto.

Ao ressaltar a *falta de coragem política*, Varnhagen a justifica pela ameaça que representava *levar avante medidas que poderiam prejudicar as eleições da seguinte legislatura, embora vitais ao país*. Critica também a oposição acusando-a de só estar interessada *a ver se é chegada a ocasião de irem ao poder*. Todas estas críticas feitas por Varnhagen remetem a uma característica marcante da ação política saquarema: o esforço em centralizar o poder político e administrativo, subordinando os demais poderes políticos ao Executivo, reforçando a autoridade do soberano que seria responsável por reinar, governar e administrar⁷⁸. Varnhagen compartilha em larga medida na defesa de uma centralização política e administrativa no Império, pois segundo o autor do *Memorial Orgânico*,

“As instituições livres, [...] não se encontram senão no berço dos povos ou no período mais elevado de sua civilização; para que a sociedade se desenvolva e cresça, a força tem de dominar as paixões e ambições impacientes das influências locais que ameaçam invadir a mesma sociedade: a não querer deixar de ter liberdade só pelo estéril gosto de possuir o que se creia instituições mais livres”.⁷⁹

A relação entre governo (poderes políticos) e administração (instituições públicas) é um dos elementos mais característicos da forma de pensar e agir dos saquaremas e que os diferenciavam dos liberais. Em seu *Ensaio sobre o Direito Administrativo*, Paulino José Soares de Sousa ressalta a importância exercida pelo que denominava de poder administrativo na preservação da ordem. De acordo com o visconde do Uruguai, enquanto a atividade política relacionava-se às paixões partidárias e aos interesses particulares, o poder administrativo estava acima de qualquer interesse partidário ou local, sendo, portanto, apolítico e apenas interessado em questões de interesses gerais e nacionais. Para Paulino,

“Há em todas as sociedades um número de necessidades comuns, maior ou menor segundo o seu desenvolvimento e civilização, às quais o poder público deve

'protegido', 'favorecido', atendendo neste sentido aos anseios dos liberais em revidar a designação de luzia que os estigmatizava; por outro, a rápida difusão do termo saquarema também relaciona-se com o intento de particularizar um determinado grupo político. Cf. Ilmar Rohloff de Mattos. O Tempo Saquarema. São Paulo : Hucitec, 2004.

78Cf. Ilmar Rohloff de Mattos. Op.cit.

79Varnhagen. Op.cit. [1851], p. 401.

satisfazer. É o fim da administração pública prover essas necessidades coletivas, e dirigir os interesses sociais, quer gerais, quer *locais*”.⁸⁰

Varnhagen compartilha com as reflexões do visconde do Uruguai. Ao defender uma das medidas apresentadas no *Memorial Orgânico* que necessitaria de uma reforma na constituição, Varnhagen faz uma extensa nota expondo sua posição a respeito.

“Sem nos querermos envolver na questão de maior ou menor centralização do poder e do governo, que se debate entre os partidos do Brasil, estabelecemos por única máxima que a centralização da administração deve estar sempre em relação com a maior ou menor que tenha o poder, a rechaçamos como inaplicável o sistema de centralizar o poder, e descentralizar a administração. Somos do parecer de um dos mais talentosos administradores de nossa época: “Será insuficiente a administração pública, que careça de autoridade e intervenção necessárias para assegurar a complexa execução das leis, e para dirigir e regular movimento das melhoras sociais; por que nem os indivíduos, nem os povos, se prestam espontaneamente aos encargos públicos e às privações inerentes à existência civil, nem aos esforços aconselhados por seu próprio interesse, que as mais das vezes desconhecem”.

[...] Não reconhecemos o princípio de alguns teóricos, de que os governos devem o menos possível ter ingerência direta ao fomentar o desenvolvimento do país; este princípio é sobretudo falsíssimo n' um país nascente. O governo deve plantar e fomentar o plantio: o que não deve é sufocar à força de providências. Nada mais exato do que a comparação e símile, que se tem feito, entre a administração de um estado e a cultura de uma horta. Em ambos convém plantar para recolher; ao plantio deve em ambos preceder a escolha e preparação do terreno; em ambos são necessários os cuidados do abrigo, da poda, etc. Mas em ambos há que deixar ao tempo o que pertence ao tempo. [...]”⁸¹.

A defesa acima por Varnhagen em torno do aumento da capacidade regulatória do Estado era vista pelos dirigentes imperiais como o único meio eficaz de combater o que denominavam de paixões partidárias, desenvolvendo assim uma forte associação entre unidade do poder e unidade da nação⁸². Neste sentido, como considera Varnhagen, a predominância da atividade política faz com que os políticos acabem *mandando mais ou menos todos, poucos governando*. Novamente recorrendo ao dicionário Moraes e Silva, observa-se que o verbo 'mandar' encontra-se definido como “*dominar, governar despoticamente*” enquanto que os termos governo e governar são definidos pelo mesmo dicionarista

80Paulino José Soares de Sousa. Ensaio sobre o Direito Administrativo. Apud, Ilmar Rohloff de Mattos. O lavrador e o construtor. In: O Estado como Vocação. Maria Emília Prado (org.). Rio de Janeiro : Access, 1999, p.209.

81Varnhagen. Op.cit. [1849], p. 42.

82 Ilmar Rohloff de Mattos. Op.cit.

como o ato de “*dirigir física, ou moralmente [...] o estado, dando leis, e fazendo-as executar como Soberano, [...] para ir bem e se soster*”⁸³. Portanto, de acordo com os argumentos de Varnhagen apenas com a organização de um governo forte e centralizado, detentor de uma administração igualmente centralizada é que torna-se possível *dirigir física e moralmente* o Império, possibilitando-o *ir bem e se soster*.

1.6

Os efeitos dos males diagnosticados

No que se refere aos efeitos causados pelas *chagas* que acometem o Império, recuperarei uma passagem do *Memorial Orgânico* que já tive a oportunidade de fazer referência quando analisei as intenções de Varnhagen na produção de seu texto.

Após diagnosticar os males vivenciados pelo Império – limites indefinidos; ausência de um sistema eficaz e organizado de comunicações internas; subdivisão desigual das províncias; localização inapropriada da capital; população pequena e heterogênea – e identificar o *espírito de imitação*, a *falta de coragem política* e os *interesses provinciais* como as principais origens destes males, Varnhagen conclui sua análise ressaltando que,

“Assim o Brasil declarou-se independente; e depois de um quarto de século achase quase na mesma: com mais ar de colônia, ou de muitas colônias juntas que de nação compacta”⁸⁴.

Portanto, o principal efeito das *chagas do país* é o fato de impossibilitarem o Brasil de dar prosseguimento na sua marcha em direção ao progresso para atingir a condição de uma Nação Civilizada. Como o próprio Varnhagen afirma, passados cerca de 25 anos da emancipação política, o Império pouco mudou em sua organização interna, possuindo ainda características que o fazem ter *mais ar de colônia, ou de muitas colônias juntas que de nação compacta*.

83Moraes e Silva. Op.cit.

84Varnhagen. Op.cit. [1849], p. 2.

A expressão 'nação compacta' utilizada por Varnhagen pode ser compreendida a partir do sentido atribuído ao moderno conceito de nação e será destaque na análise desenvolvida nos capítulos seguintes desta dissertação. Isso porque, as medidas defendidas pelo autor do *Memorial Orgânico* têm por finalidade permitir que o Império se reconheça e seja reconhecido como uma nação moderna.

Inúmero especialistas, dedicados ao estudo do tema, identificam como marco referencial para se analisar a acepção moderna deste conceito o desenvolvimento, na Modernidade, de uma nova organização política que se opunha àquela característica do Antigo Regime: o Estado-nação. Neste processo, observa-se uma intensa reorientação da linguagem política e conceitos como pátria, liberdade, igualdade, povo e nação passam a adquirir um novo sentido, sendo, portanto, fator e indicador⁸⁵ desta nova relação que se estabelece entre governantes e governados, sobretudo após a experiência da Revolução Francesa.

Segundo Guerra⁸⁶, um dos elementos principais na construção do conteúdo semântico do moderno conceito de nação é a noção de unidade (das leis, costumes, idioma, vontades) entre os indivíduos que a constituem na busca de uma identidade coletiva. Assim, a capacidade dos indivíduos em imaginar-se como pertencentes a uma mesma comunidade⁸⁷, mesmo que não conhecendo-se, é uma característica central no sentido incorporado ao conceito de nação pós-1789. Ainda de acordo com o autor, toda identidade coletiva realiza-se em diferentes dimensões⁸⁸ e cada uma delas encontra-se diretamente relacionada às experiências

85Cf. Reinhart Koselleck. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. Revista Estudos Históricos. Vol.5, n.10, 1992.

86François-Xavier Guerra. A Nação Moderna: nova legitimidade e velhas identidades. In: Brasil: Formação do Estado e da Nação. István Jancsó (org.). Hucitec-Editora Unijuí. São Paulo-Ijuí, 2003.

87Benedict Anderson. Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

88Para Guerra, “Toda identidade coletiva – o que um grupo considera ser e que, por conseguinte, o faz diferente dos demais – implica, com efeito, diferentes dimensões. Algumas remetem à constituição íntima do grupo, ao modo como se concebe o vínculo social: a união de seus membros e sua fundamentação – histórica ou filosófica -, bem como a articulação com subgrupos que o compõem. Outras, intimamente relacionadas às anteriores, dizem respeito ao tipo de autoridade que o governa: sua legitimidade, os limites de seu poder, o regime político. Outras expressam as relações do grupo com a terra, com Deus, com o território e com outros grupos análogos [...]. Outras, por fim, remetem ao campo dos valores, das virtudes, dos sentimentos que dão vida a esses conjuntos de estereótipos sobre o gênio, o caráter e as qualidades e defeitos de seus membros. Os elementos constitutivos da identidade são, portanto, múltiplos”. François-Xavier Guerra. Op.cit. p.35.

vividas por um determinado grupo e/ou sociedade, revelando a íntima relação que se estabelece entre conceito e contexto⁸⁹.

A construção de uma identidade coletiva, por sua vez, se realiza por meio da produção de diferenciações entre povos e sociedades, na medida em que ao demarcar diferenças com relação ao outro, reforça-se os laços e sentimentos de unidade e coesão entre os indivíduos da nação. É justamente neste processo de diferenciação ou particularização, que destaca-se um outro atributo também essencial do moderno conceito de nação: ela é limitada, ou seja, possui fronteiras finitas. Ao enfatizar a diferença entre povos e sociedades, criando as bases para que os indivíduos se imaginem como integrantes de uma mesma comunidade, o moderno conceito de nação não opera com um ideal universal, objetivando expandir-se para toda a humanidade⁹⁰.

Para que o Império se organize nos moldes de uma nação moderna, Varnhagen defende a necessidade de se estabelecer uma relação orgânica entre dois elementos principais: o território e a população. A associação entre território e população é o principal elemento defendido por Varnhagen para que o Brasil se torne uma Nação Civilizada. Tal associação se expressa no seguinte comentário feito pelo autor:

“Acabemos pois com as adulações, que elas, longe de fomentar o patriotismo, ocasionam a incúria e o desleixo. [...] nunca faltará uma voz que vos diga: 'Ora! O país é grande; temos muitos recursos; no futuro seremos e aconteceremos etc'. Desgraçados! E que havemos de ser, se não pomos de nossa parte os meios? Quereis natureza tão fecunda como a nossa? Aí tendes toda a Guiné, aí tendes a maior parte da Ásia ... E que valem esses países? Nada, quando seu habitantes nada para isso concorrem. [...] quando ouvimos proferir grandes elogios à prosperidade do Império uma dor profunda se apodera de nós, vendo o que ele é, e o que podia, o que devia ser. Logo nos vem a idéia de que sendo o Brasil maior do que 250 Bêlgicas juntas, produz uma receita menor do que o reino politicamente mais insignificante da Europa”.⁹¹

89 Cf. Reinhart Koselleck. História dos conceitos e história social. In: Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro : Contraponto : Ed. PUC-Rio, 2006.

90 De acordo com Anderson , a nação moderna é limitada, “[...] porque mesmo a maior dela, que agregue, digamos, um bilhão de habitantes, possui fronteiras finitas, ainda que elásticas, para além das quais existem outras nações. Nenhuma delas imagina ter a mesma extensão da humanidade. Nem os nacionalistas mais messiânicos sonham com o dia em que todos os membros da espécie humana se reunirão à sua nação, como por exemplo na época em que os cristãos podiam sonhar com um planeta totalmente cristão”. Benedict Anderson. Op. cit., pp.33-34.

91Varnhagen. Op.cit. [1849], pp. 1-2.

Ao questionar a validade do Império possuir uma *'natureza tão fecunda'* se os recursos desta não são utilizados de forma apropriada, Varnhagen está em certa medida criticando um dos elementos característicos de uma concepção clássica de império: a de que uma das formas de um império expressar seu poderio e sua grandiosidade é pela sua extensão territorial⁹², independentemente da forma como ocupa suas possessões. Neste sentido, a comparação com a Bélgica, *o reino politicamente mais insignificante da Europa* e 250 vezes menor que o Brasil, adquire ainda mais relevância, na medida em que o autor do *Memorial Orgânico* passa a associar a força de um país, não pela sua extensão, mas sim por sua capacidade produtiva. E para que um país tenha capacidade de gerar cada vez mais receitas, faz-se necessário que se organize o território, de acordo com seus recursos, e a população de forma complementar.

Tal opinião não era exclusiva de Varnhagen, mas compartilhada também por outros membros da boa sociedade. Em artigo publicado na Revista Trimestral do IHGB, em 1840, Januário da Cunha Barbosa expõe a necessidade de se pensar o território e a população por meio de uma relação orgânica, ao considerar que,

“O objeto da geografia é o estudo da terra; mas não mereceria o nome de ciência se contentasse de estudar as formas materiais, e os acidentes que a cobrem. A superfície da terra é o teatro da atividade do homem; ela se modifica debaixo de sua ação, e com ele está em uma relação eterna”.⁹³

Nos capítulos seguintes, analisarei as principais medidas defendidas por Varnhagen no *Memorial Orgânico* que têm por finalidade estabelecer esta relação harmoniosa entre território e população, fundamental para que o Império do Brasil se constitua em uma *'nação compacta'*.

⁹² Michael Hardt e Antonio Negri. Império. Rio de Janeiro : Record, 2001.

⁹³ Januário da Cunha Barbosa. Apud, Temístocles Cezar. A geografia servia, antes de tudo, para unificar o Império. Escrita da História e saber geográfico no Brasil oitocentista. Ágora, Santa Cruz do Sul, v.11, n.1, jan./jun. 2005, p.80.